

AS MARCAS DA ENUNCIÇÃO NAS CARTAS DOS LEITORES: UM ESTUDO SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVO

Telma Cristina Gomes da Silva¹

profa.telma@gmail.com

RESUMO: Analisou-se a *carta do leitor*, verificando quais marcas linguístico discursivas são responsáveis pela construção de sentidos no referido gênero. Para tal, adotou-se como suporte teórico-metodológico a Teoria da Argumentação na Língua desenvolvida por Anscombe, Ducrot (1977, 1987, 1988) e colaboradores, com ênfase na Teoria da Polifonia, postulada por Ducrot (1987, 1988) e também os estudos de Bakhtin (2000) no que diz respeito à concepção de gêneros discursivos. A investigação partiu da análise de um *corpus* constituído por 32 (trinta e duas) cartas dos leitores – publicadas pelas revistas *Istoé* e *Veja* entre janeiro e março de 2003 –, as quais foram analisadas de maneira qualitativa, considerando-se a temática *Espionagem no Congresso*. Levantamos nos textos as marcas linguístico discursivas ativadoras de *pressuposição linguística*. Avaliamos a relação que o locutor estabelece com os pontos de vista veiculados em seu enunciado, e, também, a forma como o locutor utiliza as informações trazidas nos textos para persuadir seu interlocutor.

PALAVRAS-CHAVE: Argumentação; Carta do leitor; Polifonia.

INTRODUÇÃO

(...) O que nos interessa nas ciências humanas é a história do pensamento orientada para o pensamento, o sentido, o significado do outro, que se manifestam e se apresentam ao pesquisador somente em forma de texto. Quaisquer que sejam os objetivos de um estudo, o ponto de partida só pode ser o texto (BAKHTIN, 2000, p.330).

Este artigo científico é resultado de minha dissertação de mestrado intitulada ‘*A carta do leitor: um estudo das estratégias semântico-argumentativas da carta do leitor*’, defendida em 2005, na Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Partindo do que propõe Bakhtin, o texto é aqui concebido em sua unidade como representação do ponto de vista do seu autor, em outros termos, como “um produto da criação, com tudo o que está [nele] subentendido (...)” (BARROS, 1997, p.28-29).

¹ Professora Tutora a Distância da UAB/UFPB. Doutoranda do PROLING/UFPB. Mestre em Língua Portuguesa e Linguística pelo PPGL/UFPB. Graduada em Letras também pela UFPB.

Diante disso, descreveu-se o funcionamento semântico-argumentativo da carta do leitor, observando o fenômeno discursivo da *polifonia de enunciadores* – aquela que consiste na relação que o locutor estabelece com os enunciadores em seu texto e/ou discurso. Considerou-se para a análise os recursos linguísticos que caracterizam a presença de outras vozes e/ou discursos no discurso do locutor da carta do leitor, isto é, as marcas da enunciação que evidenciam a presença do discurso do *outro* no referido gênero discursivo.

Para tal, a linguagem foi aqui concebida como lugar de interação, enquanto o gênero – objeto de estudo – foi definido de acordo com a perspectiva bakhtiniana como “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2000, p. 279). Como aporte teórico buscou-se a Teoria da Argumentação na Língua, desenvolvida por Anscombre, Ducrot (1977, 1987, 1988) e colaboradores, cuja tese norteadora – reescrita por Espíndola, 2004 – é aquela em que a língua e seus usos são fundamentalmente argumentativos. É no interior da referida teoria que encontramos o conceito de polifonia – a ideia de que o enunciado encerra um diálogo entre vozes, ou seja, que cada palavra expressa a relação que “um” estabelece com o “outro”² – postulado por Ducrot (1987, 1988), ponto de vista sob o qual se investigou a carta do leitor.

Com relação à escolha da *carta do leitor*³ entre tantas outras variantes de carta – apresentação, pessoal, ao leitor etc. – deve-se ao fato desse gênero permitir ao leitor comum⁴ participar do debate público; em outras palavras, o leitor através dessa carta tem o direito de opinar sobre os diferentes acontecimentos das esferas sociais podendo, assim, posicionar-se como sujeito de seu discurso. Por esse motivo, entendeu-se ser relevante compreender o funcionamento semântico-argumentativo desse gênero.

O *corpus* utilizado foi constituído por 32 (trinta e duas) cartas dos leitores publicadas pelas revistas *Istoé* e *Veja* entre os meses de janeiro e março de 2003. Para selecionar o *corpus*, considerou-se a temática – *Espionagem no Congresso* – trazida pelo referido gênero assim como as cartas atribuídas ao leitor comum. Ressalva-se que este *corpus* foi recortado de um *corpus* maior constituído por 368 (trezentos e sessenta e oito) cartas dos leitores e, também, que a temática escolhida é constituída por subtemáticas que foram levadas em consideração no momento da seleção como, por exemplo, *Grampos na Bahia*, *Grampo* e *Espionagem* constituem a temática maior: *Espionagem no Congresso*.

² GUIMARÃES, 1987, p.20.

³ Doravante denominada CL.

⁴ Chamamos leitor comum à pessoa física, não-institucional que escreve para as revistas, a fim de dar seu ponto de vista nas discussões de caráter público como também reivindicar ações do poder público.

Após o processo de seleção do *corpus* foram estabelecidos critérios para a análise das marcas discursivas introdutoras de *pressuposição linguística* e de *negação*. Porém, neste artigo, abordarei apenas sobre a pressuposição para descrever o funcionamento semântico-argumentativo da carta do leitor.

1. CARTA: UM GÊNERO DISCURSIVO COMPLEXO

Conforme, os dicionários de língua portuguesa encontram-se os seguintes conceitos para a *carta*: carta é uma “folha de papel escrita servindo de intermédio para correspondência entre pessoas ausentes” (SILVA, 1961, p. 234); ou ainda, carta é a “comunicação manuscrita ou impressa devidamente acondicionada e endereçada a uma ou várias pessoas” (FERREIRA, 1986, p. 359).

Conceitos como esses trazidos pelos dicionários de língua portuguesa, manuais de redação e livros didáticos destinados às escolas de Ensino Fundamental e Médio, não têm dado conta da *carta* enquanto gênero discursivo; isso porque não consideram a variedade de cartas que constituem esse gênero maior⁵, nem tão pouco as diferentes funções sociais a que se destinam cada variante de carta, deixando de lado particularidades e finalidades de cada uma delas. Como também não observam seus conteúdos temáticos, linguagens e estruturas composicionais características fundamentais de qualquer enunciado, segundo a perspectiva bakhtiniana.

Diante dessa confusão de concepções, predomina, ainda, no meio acadêmico a noção de *tipologias textuais* que, muitas vezes, é utilizada por gêneros discursivos. Por esse motivo, há entre os estudiosos da língua uma enorme preocupação em distinguir *gêneros* de *tipos de textos*. Dentre esses estudiosos estão Marcuschi (2000, 2002, 2003), que escreveu alguns trabalhos sobre essa problemática e, Barbosa (2001), que percorreu vários autores, procurando distinguir *gêneros textuais* de *tipos de textos*.

Para Marcuschi, a noção de *tipo textual* é utilizada para designar

(...) muito mais modalidades discursivas ou então sequências textuais do que um texto em sua materialidade. O tipo textual define-se pela natureza linguística de sua composição {modalidade, aspectos sintáticos, lexicais, tempos verbais, relações lógicas, estilo, organização etc}. Em geral, abrangem um número limitado de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição e injunção* (MARCUSCHI, 2003, p.04).

⁵ Considerou-se a *carta* como um gênero maior constituído por várias outras variantes de cartas com funções sociais diversificadas.

E a expressão *gênero textual* designa

(...) os textos que encontramos em nossa vida diária com padrões sócio-comunicativos característicos definidos por sua composição, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados por forças históricas, sociais, institucionais e tecnológicas (MARCUSCHI, 2003, p.03-04).

Em outros termos, segundo Marcuschi, os *gêneros textuais* constituem formas textuais – orais ou escritas – estáveis, históricas e socialmente situadas⁶, enquanto que os **tipos textuais** são modos discursivos organizados sistematicamente que corroboram para a composição dos gêneros⁷. Barbosa, por outro lado, diz que

(...) o principal problema com relação às diferentes tipologias textuais é que, na grande maioria dos casos, essas se baseiam em aspectos estruturais (narração, descrição, argumentação, exposição etc.) e/ou funcionais (textos informativos, apelativos, impositivos etc.), deixando de contemplar aspectos da ordem da enunciação ou de discurso, ou, quando consideram esses aspectos, fazem-no de maneira externa ou paralela às taxonomias. Por isso, deixam de considerar importantes elementos da situação enunciativa e dos processos de compreensão e produção de textos (BARBOSA, 2001, p. 51-52).

Ou seja, as *tipologias textuais* não levam em consideração os aspectos históricos e sociais da língua, diferente dos *gêneros discursivos* que são formas textuais mais ou menos estabilizadas, historicamente e socialmente situadas, sendo que sua definição não é linguística, mas de natureza sócio-comunicativa⁸.

Além disso, Barbosa discorda de alguns estudiosos quanto à concepção de gênero enquanto enunciado. Para ela, essa perspectiva reduz o gênero a algo menor. Isso ocorre devido à concepção de enunciado adotada pela autora ser aquela em que o enunciado é um construto teórico semelhante à frase.

Essas reflexões sobre os gêneros discursivos foram antecipadas por Bakhtin (1929/1981/2000), sendo esse responsável pela retomada das discussões em torno da problemática das formas discursivas entre os linguistas.

Bakhtin (2000), em sua teoria, preocupou-se em distinguir os gêneros do discurso em *primários* e *secundários*. Para o teórico, os gêneros denominados de *primários* (simples) são as formas discursivas que se constituem em circunstâncias de uma *comunicação espontânea*

⁶ Essa perspectiva é trazida de Bakhtin (2000) que considera os gêneros discursivos como tipos relativamente estáveis de enunciados.

⁷ MARCUSCHI, 2003, p.04.

⁸ BARBOSA, 2001, p.51.

(réplica de diálogo, narrativa de costumes, documentos, *cartas* etc.), enquanto que os gêneros chamados de *secundários* (complexos) são aqueles que “aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente evoluída, principalmente na escrita artística, científica, sociopolítica” (BAKHTIN, 2000, p. 281). Essa distinção entre os gêneros primários e secundários é de relevante valor teórico, para Bakhtin, em virtude da natureza do enunciado⁹.

Tomando essa classificação e os elementos – conteúdo temático, estilo e construção composicional – a teoria bakhtiniana é talvez a primeira a elaborar uma concepção de gênero fundamentada em critérios enunciativos, relacionados às condições sociais de produção da língua¹⁰. Ressalve-se que o objetivo de Bakhtin ao propor essa classificação dos gêneros é descrever as particularidades do enunciado e/ou gênero discursivo, e não analisar aspectos linguísticos do texto e/ou enunciado.

É a partir dessas reflexões, como citado anteriormente, que vários linguistas têm, atualmente, nos gêneros, o principal alvo de suas discussões, tanto teóricas quanto aplicadas, e a *carta* tem recebido relevante atenção nesses estudos, especialmente, nos trabalhos de Dolz & Schneuwly (1994), Paredes Silva (1997), Barbosa (2001) e Marcuschi (2000, 2002, 2003).

Para Dolz & Schneuwly (1994 p. 54), o *gênero* é um

(mega)instrumento para agir em situações de linguagem. Uma das particularidades deste tipo de instrumento (...) é que ele é constitutivo da situação: sem romance, por exemplo, não há leitura e escrita de romance. (...) A maestria de um gênero aparece, portanto, como co-constitutiva da mestria de situações de comunicação.

Em outros termos, segundo Dolz & Schneuwly (1994), o *gênero* é uma ferramenta que auxilia o sujeito a se expressar numa situação de comunicação definida por parâmetros. Assim podemos constatar que a carta é um gênero que assume outras formas (carta do leitor, carta do editor, carta convite, carta de recomendação, carta aberta etc.) para atender às necessidades de determinada situação social.

Já Paredes Silva (1997) estuda particularmente o *gênero carta*. Para essa autora, a carta é “uma unidade funcional da língua, empregada em situações características – ausência de contato imediato entre emissor e destinatário. No entanto, a categoria carta, ‘*tout court*’, é muito ampla, não dando conta da diversidade de textos e de propósitos nela encontrados” (1997, p. 121) e sua estrutura composicional “permite qualquer tipo de comunicação: desde as

⁹ O enunciado, para Bakhtin (2000), é concebido como toda e qualquer forma de texto e/ou discurso oral ou escrito independente de sua extensão. Ou seja, é a materialização de toda e qualquer forma de discurso.

¹⁰ CUNHA, 2003, p.02.

vantagens de um determinado cartão até informações sobre o condomínio, passando pelas esperadas notícias do amigo que mora no exterior. Todas são cartas, mas não devemos colocá-las na mesma categoria”¹¹. Ou seja, a *carta* é um gênero complexo e suas variantes remetem a diferentes campos da atividade humana.

Barbosa (2001) diz que alguns gêneros podem se agrupar em constelações¹². Para ela, assim como para Dolz & Schneuwly¹³, o *agrupamento* é um dos critérios utilizados para a classificação dos gêneros; em outros termos, as formas discursivas são agrupadas de acordo com a finalidade social ou domínio social de comunicação de cada gênero. De acordo com essa perspectiva, os gêneros estariam inseridos em grupos – *narrar, relatar, argumentar* etc – que os caracterizariam. A carta, por exemplo, pertenceria ao agrupamento do argumentar por essa função ser sua principal característica. Por outro lado, essa perspectiva é reduzida, já que todos os gêneros são argumentativos. Pois a argumentatividade é uma característica intrínseca às línguas (DUCROT, 1987), que, por sua vez, são materializadas linguisticamente nos gêneros discursivos.

Por outro lado, para Marcuschi (2000, p. 11), os textos não são agrupáveis como se fossem objetos da natureza. Seus agrupamentos se dão por critérios que ao mesmo tempo os classificam e constituem. Ou seja, quando agrupados sob uma mesma denominação, os textos possuem certos traços comuns de caráter formulaico. Isso significa dizer que há gêneros que funcionam como um modelo para a construção de outros gêneros discursivos como ocorre com a *carta*. Essa perspectiva juntamente com a de Paredes Silva (1997) vem corroborar com o ponto de vista aqui trabalhado, pois, a partir daí, a *carta* é um gênero discursivo complexo constituído por diversas variantes com funções sociais diferenciadas.

Essa problemática dos gêneros está relacionada à diversidade de critérios que podem ser utilizados de forma legítima para definir um gênero, provocando uma enorme polêmica entre os linguistas. Por esse motivo, deixamos claro que adotaremos a perspectiva de Bakhtin como suporte teórico para a nossa investigação por ser nessa o gênero concebido como um enunciado. Ressalte-se, porém, que se adota também a concepção de carta enquanto gênero discursivo complexo por esse ser constituído por diversas outras variantes de cartas com características específicas, assim, como postulam em seus trabalhos Paredes Silva (1997) e

¹¹ Ibid, p. 121.

¹² Segundo Marcuschi (2000, p. 45-46), a *teoria da constelação* de Steger (1994) constitui uma relação de eventos com nomes específicos que se agrupam em mais de uma forma desses eventos.

¹³ BARBOSA, 2001, p. 121.

Marcuschi (2000, 2002, 2003). Ou seja, a *carta* é um gênero transmutável que se subdivide em diferentes formas para cumprir várias funções sociais¹⁴.

2. OS CAMINHOS DA ARGUMENTAÇÃO

A argumentação, desde a Antiguidade greco-latina de Aristóteles, é alvo do interesse de estudiosos das mais diferentes áreas do conhecimento – Gramática, Lógica, Poética, Filosofia. Naquela época, a argumentação era ensinada pela retórica, “a antiga arte de persuadir e de convencer” (PERELMAN, 1999, p.15), como uma técnica do discurso persuasivo e estava diretamente associada à política. Ou seja, outrora a argumentação foi utilizada como uma técnica para influenciar pela palavra, sendo fundamental para a construção do discurso político.

Essa técnica do discurso persuasivo, entretanto, foi reduzida à ornamentação da linguagem pela retórica clássica, isto é, ao estudo das figuras de estilo dos textos poéticos, fazendo com que o discurso persuasivo desaparecesse do espaço intelectual¹⁵. Isto significa que o que antes era utilizado como um recurso da oralidade para persuadir e/ou convencer o grande público tornou-se ornamento para os textos escritos.

Essa perspectiva persistiu por muitos anos, até que, no século XX, Roland Barthes busca na teoria de Aristóteles os princípios que regem o raciocínio lógico despercebidos antes pelos lógicos modernos. É a partir da leitura de Barthes que o filósofo Chaïm Perelman resgata a argumentação da “posição de mera taxonomia de figuras de estilo a que se viu reduzida durante longos anos” (GUIMARÃES, 1987, p. 24) e desenvolve a Nova Retórica. Segundo Perelman (1999, p. 24), a Nova Retórica “em oposição à antiga, diz respeito aos discursos dirigidos a todas as espécies de auditórios [alocutário], trata-se duma turba reunida na praça ou duma reunião de especialistas, quer nos dirijamos a um único indivíduo ou a toda a humanidade”.

Nesta perspectiva filosófica de Perelman, a argumentação consiste na busca da persuasão de um auditório pelo locutor. E, para tal, a relação que o locutor estabelece com seu auditório é constitutiva da enunciação. Isto é, o locutor procura na língua mecanismos para persuadir seu auditório, partindo disso, para esse autor, argumentar é agir sobre o alocutário,

¹⁴ Por questões teórico-metodológicas explicitaremos, especificamente, sobre a carta do leitor no capítulo dedicado à análise dos textos.

¹⁵ A respeito do desaparecimento da antiga retórica ler o prefácio de *O Império Retórico*, Perelman, 1999, p.13-20.

modificar suas convicções, suas disposições através do discurso e isso só é possível por meio da interação.

É a partir dessa visão filosófica da argumentação que o linguista francês, Oswald Ducrot, trabalha a orientação argumentativa dos enunciados na linha da Semântica da Enunciação. Ducrot vê a argumentação como um

(...) acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dada existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois (DUCROT, 1987, p.168).

É procurando compreender a construção dessa relação de sentidos e quebrar com a unicidade do sujeito nos enunciados, que Ducrot e outros linguistas desenvolveram a Teoria da Argumentação na Língua. Essa teoria surgiu na década de 1970 com os trabalhos Ducrot, Anscombe e colaboradores sobre a pressuposição. Segundo essa teoria, “há presentes, nos sentidos dos enunciados, alguns valores semânticos que não podem ser nem deduzidos, nem mesmo derivados, de valores informativos mais fundamentais” (ESPÍNDOLA, 2004, p.18). Isto significa que, para Ducrot, a argumentatividade está inscrita na própria língua; logo, a língua é essencialmente argumentativa¹⁶.

Conforme essa perspectiva há nas palavras, frases e expressões da língua cargas semânticas que determinam os efeitos de sentido do enunciado. Dessa forma, através da escolha lexical durante o processo de produção textual, o locutor dá ao interlocutor indicações daquilo que pretende alcançar com seu discurso. Isso fica mais claro quando falamos do conceito de polifonia.

3. A POLIFONIA: DAS CANÇÕES MEDIEVAIS À SEMÂNTICA-PRAGMÁTICA

O termo *polifonia* originou-se das canções populares medievais, e, adentrou nas igrejas através da Reforma Protestante; tornando-se uma das expressões musicais de maior importância na tradição religiosa cristã européia. Como música sacra, a *polifonia*, que designa uma aglutinação de várias vozes soando diferentemente, foi utilizada em oposição ao canto gregoriano que designa uma expressão musical de caráter homofônico. Por essa diversidade de vozes e/ou de instrumentos musicais soando com sons distintos, a *música polifônica* possibilitou a formação das orquestras, missas, óperas, concertos entre outros, consagrando-se

¹⁶ Essa tese é reescrita, no Brasil, por Espíndola (2004). Segundo ela, não só a língua é essencialmente argumentativa, mas também seu uso.

como uma linguagem musical, e passando a ser a expressão musical mais utilizada entre os compositores em todo o mundo (NUNES FILHO, 2004, p. 26-29). Em outras palavras, a noção de polifonia se refere a uma partitura musical, na qual diferentes vozes interagem entre si, constituindo uma só composição.

Por volta dos anos trinta do século XX, o teórico da literatura Mikhail Bakhtin introduziu essa metáfora da polifonia nas ciências da linguagem através de sua obra *Problemas da Poética de Dostoiévski* (2002)¹⁷ a fim de opor e caracterizar duas formas de discurso na literatura russa: a *literatura dogmática* e a *literatura polifônica*, também chamada *popular* ou *carnavalesca*. Na *literatura dogmática*, Bakhtin observou que o discurso é *homofônico*, predominando a voz do autor sobre a das personagens, ou seja, as vozes das personagens são subordinadas à voz do autor que as apresenta ao leitor. O teórico russo considera a novela de Tolstói o protótipo da literatura dogmática. Por outro lado, na *literatura polifônica* existem vários personagens que se apresentam por si mesmos, não sendo subordinados à vontade do autor. Nesta, o sentido do *texto* é resultante das relações dialógicas estabelecidas entre as personagens, sem que o ponto de vista do autor prevaleça sobre o das personagens. Bakhtin caracterizou o romance dostoiévskiano como a melhor representação da literatura polifônica, pois percebeu nesse um coro de vozes soando diferentemente em todo o discurso (DUCROT, 1988, p.15). Em outras palavras, há no romance dostoiévskiano a presença de vozes que dialogam entre si em absoluto pé de igualdade sem misturarem-se, mas combinando-se numa unidade de ordem superior à da homofonia.

Diante dessas constatações, Bakhtin (2002, p.09) instituiu que “o princípio fundamental da obra de Dostoiévski é a afirmação do “eu” do outro não como objeto, mas como outro sujeito”. Assim o Eu se constrói a partir do diálogo que estabelece com o Outro fazendo do discurso um *discurso bivocal*. Desse modo, o discurso é constituído nas relações dialógicas sob as condições de comunicação, isto é, com a palavra em seu uso concreto.

No início da década de oitenta, o francês Oswald Ducrot (1987) incorporou esse conceito de polifonia constituído por Bakhtin à pragmática linguística empregando-o aos *enunciados* – pequenos segmentos do discurso¹⁸ – com a finalidade de contestar a unicidade do sujeito falante, ou seja, a ideia de que em um enunciado há somente um único autor. Para Ducrot (1988), mesmo um enunciado simples contém um diálogo entre vozes. Isto significa

¹⁷ A publicação original da obra de Bakhtin data do ano de 1929.

¹⁸ É importante ressaltar que a concepção de enunciado de Ducrot compreende a frase em sua realização – a língua em uso – diferente da perspectiva bakhtiniana, na qual o enunciado é concebido não como frase, mas como toda e qualquer forma de discurso e/ou texto (DUCROT, 1988, p. 161). Para Ducrot, a língua é um conjunto de frases e/ou enunciados encadeados que constituem o discurso, enquanto que, para Bakhtin, a língua é o próprio discurso.

que o locutor nunca se expressa diretamente, mas coloca em cena, no mesmo enunciado, outros personagens. Diante dessa afirmação, o sentido do enunciado – e não só do texto como um todo – é construído a partir do confronto de diferentes vozes e/ou sujeitos. Dito de outro modo, para Ducrot, é possível se identificar outras vozes e/ou personagens em pequenos segmentos do discurso.

Daí em diante, para desenvolver sua teoria, o teórico francês preocupou-se em distinguir os diferentes tipos de sujeitos da enunciação, caracterizando-os de acordo com suas funções sociais em: *sujeito empírico* (SE), *locutor* (L) e *enunciador* (E). Pois, para ele, é quase impossível atribuir a um único sujeito os atributos de: “a) ser dotado de toda atividade psico-fisiológica necessária à produção do enunciado: b) ser autor, a origem dos atos ilocutórios realizados na produção do enunciado c) e ser designado em um enunciado pelas marcas da primeira pessoa” (DUCROT, 1987, p. 178-179).

Considerando essas propriedades, Ducrot realiza a distinção entre os sujeitos do discurso. O primeiro tipo de sujeito é o *sujeito empírico* (SE), que é considerado o autor efetivo do enunciado. Porém determiná-lo, segundo Ducrot, não é uma preocupação do linguista semanticista; esse deve preocupar-se em descrever o sentido do enunciado. Colocado isso, Ducrot (1987, p. 181-182) afirma ser fundamental distinguir entre os sujeitos da enunciação, pelo menos, dois tipos de personagens, *os locutores* e *os enunciadores*, pois a compreensão desses nos auxiliará a descrever o processo de enunciação.

O segundo tipo de sujeito é o *locutor* (L), a pessoa a quem se atribui a responsabilidade da enunciação. Ou seja, ele “é um personagem fictício, o responsável pelo enunciado, aquele que se marca pela primeira pessoa, pelo aqui e pelo agora” (BARBISAN, 2003, p. 04). A distinção entre L/SE permite, segundo Ducrot (1988, p.18), conceder a fala às personagens incapazes de falar como, por exemplo, as lixeiras nas ruas que trazem escrito o seguinte enunciado: “*Não hesite em utilizar-me*”. Esse *me* remete à lixeira, que não é o SE, mas o L do enunciado. Além disso, temos, também, os enunciados que não apresentam as marcas linguísticas de locutor, são os chamados *enunciados impessoais* como exemplo temos *os provérbios e ditos populares* caso alguém queira incentivar um amigo e diga: “*Água mole em pedra dura tanto bate até que fura*”. No momento em que utiliza esse provérbio, o locutor está buscando, em uma sabedoria situada na história, um argumento para convencer o interlocutor sem deixar transparecer o seu ponto de vista. Em outros termos, a ausência de marcas linguísticas de locutor faz com que o L se distancie daquilo que traz em seu enunciado, jogando para o senso comum a responsabilidade por aquilo que foi dito. Dito de outra forma, “Al utilizar este enunciado impessoal busco que mi palabra no aparezca como

proveniente de mi, individuo particular, sino que me gustaria que apareciera como salida de una sabiduria situada más allá de cualquier subjetividad individual” (Ducrot, 1988, p.19).

É possível, ainda, em um mesmo enunciado, encontrar dois locutores como, por exemplo, *os enunciados complexos* que apresentam outros enunciados subordinados. Um exemplo,

(4) *Pedro me disse vou viajar.*

No qual identificamos duas marcas de primeira pessoa (*me, vou*) que fazem referência a dois locutores diferentes. Isto significa dizer que o primeiro enunciado *Vou viajar* é atribuído a Pedro representado por L1, enquanto o segundo enunciado (4) *Pedro me disse vou viajar* é atribuído a um outro personagem representado por L2 que retoma o enunciado veiculado por L1. Ou seja, no sentido literal do enunciado podemos encontrar marcas linguísticas de dois locutores distintos, casualmente subordinados. Esse fenômeno discursivo é denominado por Ducrot (1988) de *dupla enunciação* ou *polifonia de enunciadores*.

Segundo Ducrot são fenômenos de *dupla enunciação* os ecos, os diálogos internos, os monólogos etc., mas todos seriam senão uma forma enganosa do discurso relatado em estilo direto (RED), primeiramente por esse não se reconhecer como tal, ou pelo discurso que pretende relatar não ter ocorrido, ou ainda, porque foi realizado em outras condições (DUCROT, 1987, p. 186).

Antes de caracterizar o enunciador para a teoria da polifonia, é necessário distinguir as duas formas de argumentação por autoridade aceitas por Ducrot: *a autoridade polifônica* e o *arrazoado por autoridade*. *A autoridade polifônica*, segundo Ducrot (1987), é diretamente inscrita na língua. Esse mecanismo apresenta duas etapas:

1) o locutor **L** introduz em seu discurso uma voz que não é forçosamente a sua – responsável pela asserção da proposição **P**; 2) o **L** apóia sobre esta asserção uma segunda asserção, relativa a uma outra proposição **Q**, como o faria sobre a própria proposição considerando como verdadeira (KOCH, 1987, p.149).

Em outras palavras, a proposição **P** ocasiona a proposição **Q**, logo, existe uma relação lógica entre **P** e **Q**. Vejamos no exemplo abaixo:

(5) *Tudo bem, devemos sair, já que vai fazer bom tempo.*

Nesse exemplo utilizado por Ducrot (1987) há uma retomada da asserção de L1 por L2, porém essa retomada não implica em uma repetição ou paráfrase da proposição **P**, mas a assimilação dessa por L2 ocasionando a proposição **Q**. Explicitando de outra forma, o enunciado **P** exerce a função de uma autoridade por seu dizer justificar a origem da proposição **Q** realizada por L2.

Por outro lado o *arrazoado por autoridade* constitui um tipo de demonstração, na qual: 1) o locutor **L** traz para seu enunciado o dizer de um enunciador **E1** asseverando que um personagem **X** assevera a proposição **P**, ou seja, **L** afirma que há uma asserção de **P** por **X**; 2) o locutor exerce a função de asseverar o dizer de **E1**¹⁹. No exemplo:

(6) *Disseram-me que João viria. Penso, pois, que ele virá.*

Neste, uma personagem parte de uma asserção feita (dito1) por **X**, e assevera (dizer2)²⁰. Então, partindo disso, Ducrot (1987) considera a autoridade polifônica uma necessidade constitutiva do enunciado, enquanto que o arrazoado por autoridade é um procedimento facultativo.

A concepção do terceiro tipo de sujeito, o enunciador, nos permitirá compreender um segundo tipo de polifonia bastante frequente nos enunciados. Para Ducrot, o *enunciador (E)*

(...) são estes seres considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles “falam” é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras (DUCROT, 1987, p.192).

Em outras palavras, o *enunciador* corresponde ao centro da perspectiva, isto é, à pessoa de cujo ponto de vista o locutor apresenta os acontecimentos.

A partir daí, a *polifonia de enunciadores* é concebida como aquela que consiste na relação que o locutor estabelece com as vozes e/ou enunciadores apresentados em seu discurso. Para Ducrot (1987), esse tipo de polifonia está relacionado com a encenação teatral

¹⁹ DUCROT, 1987, p.148 -149.

²⁰ Destaca-se que são vários os recursos linguísticos responsáveis pelas manifestações linguísticas relacionadas à argumentação por autoridade, dentre eles, estão os enunciados conclusivos (nos quais se argumenta a partir de provérbios), os enunciados introduzidos por *não só e mas também*, os enunciados introduzidos pelas expressões *parece que, seguramente*, os enunciados introduzidos por *ao contrário, pelo contrário*, o uso das “aspas de distanciamento” etc (KOCH, 2000, p.50-57).

dos personagens (enunciadores) no enunciado²¹. Esse tipo de polifonia, segundo Koch (2000, p. 51), é mais ampla que a anterior, permitindo explicar uma série de fenômenos discursivos que indicam a presença de outras vozes no mesmo enunciado. Entre esses fenômenos estão: a negação, o humor, o uso dos operadores argumentativos, a pressuposição, o discurso indireto livre dentre outros. Entretanto, por ocasião deste artigo explicitaremos apenas sobre a *pressuposição linguística*.

4. A TEORIA DA PRESSUPOSIÇÃO LINGUÍSTICA

A teoria da pressuposição postulada por Ducrot (1987) diz que a *pressuposição* ocorre quando é possível inferir de um enunciado, informações (pontos de vista) implícitas a partir da presença de certas marcas linguísticas. Segundo o mesmo autor a “presuposición es aquello a lo cual el locutor da su aprobación y lo que se llama ‘lo afirmado’ es aquello con lo cual el locutor se identifica” (Ducrot, 1988, p. 67). Ou seja, o L coloca em cena no mesmo enunciado, dois enunciadores, sendo o enunciador (E1), a quem é atribuído o pressuposto e, um outro enunciador (E2), responsável pelo conteúdo posto, com o qual o locutor se identifica.

Desse modo, a pressuposição é um recurso polifônico por atualizar, pelo menos, dois pontos de vista em um mesmo enunciado. Explicitando melhor, “aparece como uma tática argumentativa dos interlocutores; ela é relativa à maneira pela qual eles se provocam, e pretendem impor-se uns aos outros, um certo modo de continuar o discurso” (DUCROT, 1987, p. 40-41).

Diante disso, através do recurso da pressuposição, aparece no interior da língua todo um conjunto de regras institucionalizadas por uma coletividade. Tais regras regulam a conversação entre os interlocutores. Essa regulamentação da língua é descrita em dois níveis de informações veiculadas pelo enunciado. No primeiro nível, tem-se o conteúdo posto, que “corresponde ao que está dito no enunciado e, sendo da exclusiva competência do locutor, é reivindicado pelo eu” (SILVA, 2004, p. 47); no segundo nível, é apresentado o conteúdo pressuposto “como pertencendo ao domínio comum dos interlocutores do discurso, o nós”²².

Vejam um exemplo:

²¹ Ducrot (1987, p.193) diz que o par enunciador/locutor corresponde ao par personagem/autor da teoria bakhtiniana, pois o locutor assim como o autor dá existência a personagens (enunciadores) de quem organiza os pontos de vista e as atitudes.

²² Ibid, p.47

(11) *Cristina já não namora Pedro.*

Analisando pressuposicionalmente este enunciado, podemos distinguir:

(11a) p. *Cristina atualmente não namora Pedro.*

(11b) pp. *Cristina namorava Pedro.*

Observando (11), podemos verificar dois pontos de vista atribuídos a enunciadores distintos: o pressuposto de que *Cristina namorava Pedro* não é responsabilidade apenas do L, mas sim compartilhado por ele e seu interlocutor, por ele e terceiros, ou ainda, por ele e uma comunidade de referência²³, sendo representado por um enunciador (E1). Enquanto que o posto, *Cristina atualmente não namora Pedro*, é atribuído a um enunciador (E2), a quem o L se assimila. Ou seja, o L, embora veicule dois pontos de vista em seu enunciado, assume sozinho apenas a informação posta. Por outro lado, apresenta a informação pressuposta como pertencente ao domínio dos participantes da interação: *locutor e interlocutor*.

Conforme Ducrot (1987, p. 20),

(...) o posto é o que afirmo, enquanto locutor, (...) o pressuposto é o que apresento como pertencendo ao domínio comum das duas personagens do diálogo, como objeto de um cumprimento fundamentalmente que liga entre si os participantes do ato de comunicação (...) Ou ainda, (...) que o posto se apresenta simultaneamente ao ato da comunicação, [enquanto o pressuposto] procura sempre situar-se em um passado do conhecimento.

Assim, retomando o enunciado *Cristina já não namora Pedro*, podemos apenas negar o posto *Cristina atualmente não namora Pedro*, mas não o pressuposto *Cristina namorava Pedro*. Este pressuposto aparece como uma verdade óbvia que não pode ser contestada, pois é uma informação veiculada como compartilhada entre os participantes da interação. Sua negação pode causar problemas na comunicação entre os sujeitos da interação.

Conforme Moura (1999), os pressupostos podem ser ativados por alguns componentes linguísticos: os verbos implícitos (conseguiu, esqueceu etc.), os verbos de mudança ou permanência de estado (deixou, começou etc.), os interativos (de novo, retornou etc.), as expressões temporais (depois de, antes de), as descrições definidas, dentre outros mecanismos linguísticos.

Ressalta-se, ainda, que Ducrot (1987) distingue em sua teoria a *pressuposição* do *subentendido*. Segundo ele,

²³ KOCK (2003, p. 64).

A pressuposição é, (...), um elemento do sentido – se considera o sentido como (...) uma espécie de retrato da enunciação. Dizer que pressuponho X, é dizer que pretendo obrigar o destinatário, por minha fala, a admitir X, sem por isso dar-lhe o direito de prosseguir o diálogo a propósito de X. O subentendido, ao contrário, diz respeito à maneira pela qual esse sentido é manifestado, o processo, ao término do qual deve-se descobrir a imagem que pretendo lhe dar de minha fala (DUCROT, 1987, p.42).

Em outros termos, para Ducrot (1987), a *pressuposição* é um componente constitutivo do sentido do enunciado e o *subentendido* é a maneira pela qual o interlocutor deve interpretar o sentido do enunciado.

Diante disso, “o locutor apresenta sua fala como um enigma que o destinatário deve resolver. O sentido que é sempre, para mim, um retrato da enunciação, é então um retrato cuja responsabilidade o locutor deixa ao destinatário” (DUCROT, 1987, p. 42).

Além desses existem vários outros fenômenos linguísticos que permitem a construção de enunciados polifônicos, porém não os explicitaremos aqui já que esses não dizem respeito a este estudo. A partir do que foi explicitado considera-se que

(...) do ponto de vista da construção dos sentidos, todo [e qualquer enunciado e/ou] texto é perpassado por vozes de diferentes enunciadore, ora concordantes, ora dissonantes, o que faz com que se caracterize o fenômeno da linguagem humana, como bem mostrou BAKHTIN (1929), como essencialmente dialógico e, portanto, polifônico (KOCH, 2000, p.57).

5. A POLIFONIA DE ENUNCIADORES NAS CARTAS DOS LEITORES

Considerando os fatores colocados, anteriormente, faz-se necessário, antes de identificar os elementos linguístico discursivos responsáveis pela orientação argumentativa nos textos, recuperar as matérias com as quais eles dialogam explicitamente. Ou seja, há um diálogo explícito com as reportagens às quais as cartas respondem polifonicamente. Essas reportagens estão relacionadas ao episódio dos “*grampos telefônicos*” no Congresso durante o período da eleição presidencial em 2002. Além desses textos, outras informações estão implícitas nas cartas constituindo vozes à exemplo de fatos históricos (ditadura militar) e conhecimento de mundo (Salvador é a terra do senhor do Bonfim) etc. Outro aspecto considerado foi às intenções do locutor da carta ao trazer para o texto outras vozes responsáveis pela construção de sentido, isto é, qual a relação que o locutor estabeleceu com os pontos de vista veiculados em seu texto.

Na pressuposição, embora, o L se identifique com o enunciador (E2) responsável pelo conteúdo posto, ele (locutor) não reprovará o enunciador (E1) a quem é atribuída a responsabilidade pelo conteúdo pressuposto; pelo contrário, o aprovará, compartilhando com um interlocutor ou ainda com o senso comum a responsabilidade pelo dito. Isso significa dizer que o interlocutor é levado através do discurso a assumir com o locutor a responsabilidade pelo pressuposto veiculado no texto. Ou seja, para Ducrot, (1977, p. 101) “pressupor um certo conteúdo é colocar a sua aceitação como condição ulterior do diálogo. A recusa dos pressupostos leva à rejeição do diálogo oferecido pelo falante no momento em que fala”.

Diante disso, a *pressuposição* é utilizada pelo locutor como uma estratégia argumentativa que lhe possibilita compartilhar com um interlocutor a responsabilidade pelo conteúdo pressuposicional colocado no texto. Isto significa que o interlocutor é transformado em um co-autor do texto independente de sua escolha.

Adotaram-se os seguintes conceitos para informação compartilhada e informação nova: 1) *Informação Compartilhada* – conferiu-se o estatuto de informação compartilhada àquela que já tenha sido citada no texto origem da carta (matéria da revista) ou já tenha sido citada no próprio texto da carta; 2) *Informação Nova* ou *Supostamente Compartilhada*²⁴ – atribui-se o estatuto de informação nova às informações que não tenham sido citadas na matéria origem, no texto da carta, ou ainda, àquelas veiculadas pelo locutor como sendo supostamente compartilhadas entre ele e seu interlocutor. Isto significa dizer que “o locutor veicula um conteúdo como se fosse uma informação compartilhada, mesmo sabendo que é uma informação nova” (SILVA, 2004, p.55), dirigindo-a ao interlocutor de maneira que esse a acomode, sem contestar, ao seu universo de conhecimentos.

Além dessas duas noções, faz-se necessário conceituar *interlocutor real* e *interlocutor virtual*: 1) atribui-se o estatuto de *Interlocutor Real* ao leitor da matéria (revista) a quem o locutor da CL se dirige para rechaçá-lo; 2) confere-se o estatuto de *Interlocutor Virtual* ao locutor criado pelo locutor da CL para ser rechaçado com a finalidade de deixar prevalecer o próprio ponto de vista.

²⁴ A perspectiva adotada por Koch (1990, p. 64) corrobora com este trabalho, segundo a autora, “os elementos textuais que remetem ao conhecimento partilhado entre os interlocutores constituem a informação ‘velha’ ou dada, ao passo que tudo aquilo que for introduzido a partir dela constituirá a informação nova trazida pelo texto. Para que um texto seja coerente, é preciso haver um equilíbrio entre informação dada e informação nova. Se um texto contivesse apenas informação nova, seria ininteligível, pois faltariam ao receptor as bases (âncoras) a partir das quais ele poderia proceder ao processamento cognitivo do texto. De outro lado, se o texto contivesse somente informação dada, ele seria altamente redundante, isto é, ‘caminharia em círculos’ sem preencher seu propósito comunicativo”.

6. A PRESSUPOSIÇÃO: RECURSO RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NAS CARTAS DOS LEITORES

O discurso da CL se constitui a partir de um já dito, em relação ao qual o locutor toma um posicionamento, isto é, expressa seu ponto de vista. A construção de sentidos nas cartas dos leitores é fundamentada pela recorrência de pressupostos (informações compartilhadas ou supostamente compartilhadas (novas), que caracterizam a argumentatividade presente no texto, como se poder observar nos enunciados analisados a seguir:

CLI. 01.(19/02/2003)

Muito oportunas as escutas telefônicas de ACM provando que Geddel Vieira Lima é mais corrupto que ele próprio. O anão do Orçamento ataca novamente, formando o trio parada-dura da corrupção: Geddel-Temer-Padilha. Sobrou até para o sacristão Everardo Maciel, pseudo guardião da ética e da moralidade, que não passava de um cordeirinho a serviço da turma de FHC (...).

(1a) p. Muito oportunas as escutas telefônicas de ACM provando que Geddel Vieira Lima é mais corrupto que ele próprio.

(1b) pp. Existem escutas telefônicas utilizadas por ACM.

(2a)p. O anão do Orçamento ataca novamente.

(2b)pp. O anão do Orçamento (Geddel) havia atacado anteriormente no Congresso.

No recorte (1), *Muito oportunas as escutas telefônicas de ACM provando que Geddel Vieira Lima é mais corrupto que ele próprio*, o uso do artigo definido na expressão nominal *as escutas telefônicas*, ativa o pressuposto de existência (1b), *Existem escutas telefônicas utilizadas por ACM*, que aponta para um discurso anterior à enunciação da carta. Ou seja, o locutor ao empregar o artigo definido ativa o pressuposto de existência que é veiculado como uma informação compartilhada entre os sujeitos da interação, pois, está marcada na matéria de origem, à qual a carta dá uma resposta.

Analisando o recorte (2), *O anão do Orçamento ataca novamente*, o conteúdo semântico pressuposto (2b), *O anão do Orçamento (Geddel) havia atacado anteriormente*, é ativado pela forma adverbial iterativa *novamente*. A informação veiculada por (2b) é apresentada como sendo compartilhada pelos participantes da interação (locutor e interlocutor), porém ela aparece apenas no momento da enunciação de (2).

A reincidência de Geddel em um novo crime político é um tema polêmico questionado por uma comunidade de referência X. Assim o pressuposto (2b) constitui uma estratégia argumentativa que permite ao locutor veicular uma informação supostamente compartilhada

entre locutor e interlocutor, tornando o pressuposto uma verdade inquestionável essencial para que a comunicação se estabeleça. Polifonicamente, o uso da pressuposição como estratégia argumentativa permite ao locutor compartilhar, pelo menos, com um interlocutor a responsabilidade pelo conteúdo pressuposto (2b).

CLI. 02. (19/02/2003)

Fico pensando até onde vai parar a truculência desse homem, que tanto desonra a ética e, para minha vergonha, se diz o “dono da Bahia”. A ele sobram ainda articulações para perseguir adversários, fazer escutas ilegais, fraudar painéis de votação, etc. E agora foi nomeado presidente da Comissão de Cidadania e Justiça. Estou esperando, ainda, a hora da mudança que o PT tanto enfatizou em campanha. É preciso mais dignidade na política.

(3a) p. Fico pensando até onde vai parar a truculência desse homem, que tanto desonra a ética e, para minha vergonha, se diz o “dono da Bahia”.

(3b) pp. Existe alguém que se denomina o dono da Bahia.

(4a) p. E agora foi nomeado presidente da Comissão de Cidadania e Justiça.

(4b) pp. Anteriormente, ele não era presidente da C.C.J.

(5a) p. Estou esperando, ainda, a hora da mudança que o PT tanto enfatizou em campanha. É preciso mais dignidade na política.

(5b) pp. O PT prometeu mudança no governo durante a campanha presidencial.

Observa-se, neste outro recorte (3), a descrição definida *o dono da Bahia* que ativa o pressuposto de existência (3b), *Existe alguém que se denomina o dono da Bahia*. Este pressuposto é uma informação nova veiculada como sendo informação compartilhada, embora apareça apenas no momento da enunciação de (3). Dessa forma, o L colocando um pressuposto como informação compartilhada impõe a seu interlocutor que aceite a informação nova por esta não poder ser contestada pelos participantes da interação.

No enunciado (4), *E agora foi nomeado presidente da Comissão de Cidadania e Justiça*, colocado como posto pelo locutor, pode-se inferir o pressuposto (4b), *Anteriormente, ele não era presidente da C. C.J.*, ativado pela expressão linguística *agora*. Este pressuposto é uma informação compartilhada por ser veiculada na matéria origem do texto.

Já no enunciado (5), *Estou esperando, ainda, a hora da mudança que o PT tanto enfatizou em campanha*, identifica-se o pressuposto (5b) ativado pela expressão linguística *ainda*. Polifonicamente, o pressuposto (5b), *O PT prometeu mudança no governo durante a campanha presidencial*, é veiculado por (E1), o enunciador a quem se atribui a responsabilidade pelo conteúdo pressuposto no enunciado (5). Neste caso, embora se assimile ao (E2), o locutor, ao colocar em cena o ponto de vista de (E1), utiliza o recurso da

pressuposição como uma estratégia argumentativa que lhe possibilita compartilhar com seu interlocutor a responsabilidade pelo dito. Ao pressuposto (5b) atribui-se o estatuto de informação nova, pois, embora esteja previsto na significação do termo *ainda*, este pressuposto aparece pela primeira vez na carta. Desse modo, colocando uma informação nova como, sendo compartilhada, o L impõe ao seu interlocutor que aceite, sem discutir, o conteúdo pressuposicionalmente veiculado em (5). Dito de outro modo, a informação veiculada pelo pressuposto tanto é determinada pela ativação realizada pela marca linguística tanto quanto pelo repertório de informações necessárias para a compreensão da informação nova (SILVA, 2004).

CLI. 03. (26/02/2003)

Parabéns ISTO É. É muito estranho saber que alguns brasileiros ainda acham ACM um cidadão honesto e político eficiente. O último grande rastro da nossa ditadura militar precisa ser apagado de vez da vida política brasileira. Na Bahia a (boa?) imagem dele ainda é perpetuada graças à parcela da mídia (repetidora da Globo) que pertence à família dele, curiosamente adquirida quando o mesmo era ministro das Comunicações no governo Sarney. É apagando ACM da história que conseguiremos estabelecer o progresso e a democracia no Estado da Bahia (...).

(6a) p. É muito estranho saber que alguns brasileiros ainda acham ACM um cidadão honesto e político eficiente.

(6b) pp. Anteriormente, muitos brasileiros achavam ACM um cidadão honesto e político eficiente.

(7a) p. O último grande rastro da nossa ditadura militar precisa ser apagado de vez da vida política brasileira.

(7b) pp. A ditadura militar deixou rastros.

(8a) p. Na Bahia a (boa?) imagem dele ainda é perpetuada graças à parcela da mídia (repetidora da Globo) que pertence à família dele.

(8b) pp. Na Bahia a (boa?) imagem de ACM foi perpetuada em um tempo anterior a hoje.

Este terceiro texto faz referência a vários fatos que precisam ser recuperados pelo interlocutor para que se compreenda o conteúdo trazido na CLI.03, dentre eles: 1) a reportagem *Congresso: Impressões Digitais* publicada pela ISTOÉ 1742, que trata do episódio dos grampos telefônicos no Congresso, envolvendo membros da cúpula do PMDB, dentre eles, o senador baiano ACM; 2) A prática da arapongagem – uso de grampos telefônicos – durante a ditadura militar; 3) o exercício de ACM enquanto Ministro da Comunicações no governo JS. Esses discursos são trazidos na CL pelo locutor a fim de persuadir seu interlocutor a incorporar as informações implícitas no texto.

No enunciado (6), *É muito estranho saber que alguns brasileiros ainda acham ACM um cidadão honesto e político eficiente*, o pressuposto (6b), *Anteriormente, muitos brasileiros*

achavam ACM um cidadão honesto e político eficiente, é introduzido pela expressão *ainda*. O uso desse elemento linguístico evidencia que o conteúdo pressuposto (6b) relaciona-se há um tempo anterior à enunciação de (6), confirmado pelo conteúdo posto (6a). Esse pressuposto é veiculado por um enunciador (E1), a quem é atribuída a responsabilidade pelo conteúdo implícito em (6). Além disso, o pressuposto (6b) se constitui como uma informação nova, pois, embora o locutor faça referência explícita à matéria origem da carta, esta não comenta sobre a honestidade e a eficiência de ACM. Assim, o pressuposto (6b) caracteriza-se por veicular, simultaneamente, uma informação nova e um ponto de vista. Pois, *ser muito estranho que alguns brasileiros achem ACM honesto e eficiente*, é um ponto de vista, um julgamento por parte de uma comunidade de referência X, incorporado pelo interlocutor do texto como uma verdade incontestável.

Em seguida no recorte (7), *O último grande rastro da ditadura militar precisa ser apagado de vez da vida política brasileira*, a descrição definida *o último grande rastro* ativa o pressuposto (7b), *A ditadura militar deixou rastros*. Esse, por sua vez, constitui-se como uma informação compartilhada, pois embora apareça pela primeira vez no desenvolvimento do texto, é expressa explicitamente na matéria origem da CL.

Analisando na CLI.03, o recorte (8), *A (boa?) imagem dele ainda é perpetuada graças à parcela da mídia,(...) que pertence à família dele*, o conteúdo pressuposto (8b), *Na Bahia a (boa?) imagem de ACM foi perpetuada em um tempo anterior a hoje*, é inferido a partir da expressão linguística discursiva *ainda*. Esse pressuposto remete para um tempo anterior à enunciação de (8), e é uma informação nova por não ser veiculada na matéria origem da CL. Dessa forma, o L, mais uma vez, utiliza a pressuposição como uma estratégia que lhe permite compartilhar a responsabilidade pelo dito.

CLI.04.(26/02/2003)

O Brasil já conhece a Bahia como a terra do Senhor do Bonfim. Nós, baianos, não podemos admitir que ela se transforme na terra da fraude. Antes foi o painel e agora os telefones. As práticas militares continuam fomentadas em nosso Estado por políticos descomprometidos com a decência e a ética. (...)É inadmissível que o principal mentor saia impune.

(9a)p. As práticas militares continuam sendo fomentadas em nosso Estado por políticos descomprometidos com a decência e a ética.

(9b) pp. As práticas militares foram fomentadas na Bahia por políticos desonestos.

Para uma leitura da CLI.04, é preciso que se recuperem os textos com os quais a carta dialoga: 1) a matéria *Congresso: Impressões Digitais* publicada pela ISTOÉ 1742; 2) o fato de a Bahia ser conhecida por sua tradição religiosa; 3) O caso dos grampos não ser o primeiro crime político envolvendo o senador ACM, que também esteve envolvido na fraude do painel

eletrônico durante votação no Congresso em 2001; 4) e a arapongagem ter sido uma prática muito utilizada durante a ditadura militar para vigiar políticos, artistas e até mesmo cidadãos comuns. Os textos citados precisam ser recuperados para que o interlocutor compreenda a CL.

Submetendo o enunciado (9), *As práticas militares continuam fomentadas em nosso Estado por políticos descomprometidos com a decência e a ética*, a uma análise pressuposicional, identificamos: o pressuposto (9b), *As práticas militares foram fomentadas na Bahia por políticos desonestos*, ativado pela forma verbal iterativa *continuum*. Este pressuposto é veiculado pela voz de um enunciador (E1), responsável pelo conteúdo implícito, ponto de vista assimilado pelo locutor. Embora, o locutor aprove o (E1), é ao enunciador (E2), o responsável pelo conteúdo posto (9a), a quem o L se assimila.

Isto significa dizer que, embora se identifique apenas um locutor no enunciado (9), podem-se distinguir dois pontos de vista atribuídos a enunciadores diferentes. Assim, o L utiliza como estratégia argumentativa um recurso, conscientemente ou não, que lhe permite compartilhar com seu interlocutor ou com o senso comum a responsabilidade pelo pressuposto veiculado em (9). Desse modo, a pressuposição é utilizada “*como já sendo do conhecimento público ou como fazendo parte do saber partilhado entre o locutor e o(s) alocutário (s) (...)*” (KOCH, 1987, p. 145).

CLI. 05. (26/02/2003)

Até mesmo o sóbrio, lúcido e atualmente responsável pela Controladoria Geral da República, o sr. Waldir Pires, afirmou com todas as letras que o principal suspeito pelos grampos na Bahia é ACM. (...) Ora bolas, será que esses ilustres senhores mancharão suas biografias logo no início do governo Lula? E cadê os petistas para os quais qualquer motivo, por mais banal que fosse, era suficiente para discursos acalorados exigindo CPI? As evidências são tantas que não existe tapete capaz de encobri-las.

(10a) p. Até mesmo o sóbrio, lúcido e atualmente responsável pela Controladoria Geral da República, o sr. Waldir Pires, afirmou com todas as letras que o principal suspeito pelos grampos na Bahia é ACM.

(10b) pp. Outros além de Waldir Pires afirmaram que ACM é o principal suspeito pelos grampos telefônicos na Bahia.

No recorte (10), *Até mesmo o sóbrio, lúcido e atualmente responsável pela Controladoria Geral da República, o sr. Waldir Pires, afirmou com todas as letras que o principal suspeito pelos grampos na Bahia é ACM*, a expressão linguística *até mesmo* levamos a inferir (10b), *Outros além de Waldir Pires afirmaram que ACM é o principal suspeito pelos grampos telefônicos na Bahia*. O pressuposto (10b) é veiculado pela voz de um enunciador (E1), a quem se atribui a responsabilidade pelo conteúdo implícito em (10). Esse pressuposto (10b) aparece veiculado como uma informação compartilhada entre os

participantes da interação: o *locutor* e o *interlocutor*, pois é mencionada na matéria origem do texto.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a investigação do *corpus*, constatou-se que o recurso da *pressuposição linguística* constitui uma tática argumentativa recorrente, utilizada pelos locutores para a construção de sentidos na carta do leitor. Isso se deve ao fato da CL dialogar com as matérias publicadas pelas revistas, ou seja, ao diálogo explícito das cartas com as reportagens que as originam.

As marcas linguístico discursivas ativadoras de pressupostos além de garantirem a coesão e a coerência no texto, permitem ao locutor colocar implicitamente um ponto de vista no discurso, e atribuí-lo a um interlocutor virtual, ou ainda, ao senso comum, dividindo, assim, a responsabilidade pela informação veiculada como pressuposto na carta. Ou seja, ao atribuir a um enunciador (E1) o pressuposto trazido em seu enunciado, o locutor pode retirar-se de sua fala, ou melhor, dividi-la com seu interlocutor.

Sobre os enunciados analisados ao longo deste trabalho pode-se dizer partindo da caracterização dos pressupostos como informação compartilhada ou como informação nova o seguinte: sob a ótica da *informação compartilhada*, os conteúdos pressupostos (1b), (4b), (7b) e (10b), são previstos, algumas vezes, na significação das marcas linguístico discursivas, e, outras vezes, apresentados como posto na matéria origem da CL, ou ainda, na própria CL; já sob a perspectiva da *informação nova*, os conteúdos pressupostos (2b), (3b), (5b), (6b), (8b) e (9b), embora apareçam veiculados como informações compartilhadas são, na verdade, informações novas utilizadas de forma persuasiva pelo L, fazendo o interlocutor aceitá-las como parte integrante de seu universo de conhecimentos, e, portanto, imunes à contestação. Isso ocorre porque os pressupostos são fatos de língua e estão inscritos na própria língua, e não podem ser contestados permitindo ao locutor dividir com seu interlocutor a responsabilidade pelo dito.

Explicitando de outro modo, o L, ao veicular as informações novas como sendo compartilhadas, obriga seu interlocutor, pela estratégia utilizada no discurso, a aceitá-la como uma verdade, parte do conhecimento prévio dos participantes da interação. Destaca-se que os pressupostos analisados não veiculam somente informações, mas também pontos de vistas, valores atribuídos a uma comunidade de referência X (leitores das revistas). Assim, parafraseando Ducrot (1987), a língua aparece como um lugar de interação, de confronto de

subjetividades, de vozes que dialogam entre si para construir sentidos para o mundo e, isso é reafirmado por este estudo.

Foram várias as marcas linguístico discursivas introdutoras de pressupostos nos textos, dentre elas, as *descrições definidas* (ou pressupostos de existência), os *verbos de mudança* ou *permanência de estado*, as *formas iterativas* e as *expressões linguísticas* (*ainda, agora, até mesmo* etc.). Destaca-se que os pressupostos apresentam mais de uma função, pois, ao mesmo tempo em que impõem a aprovação ou a aceitação de uma informação veiculada como uma verdade incontestável pelo interlocutor apresenta também um juízo de valor, um ponto de vista atualizado implicitamente no texto.

Desse modo, a análise vem demonstrar que a *polifonia de enunciadores constitui a principal estratégia argumentativa da carta do leitor*. Ou seja, essa é a responsável pela orientação pretendida pelo locutor para construir sentido(s) para seu texto no que diz respeito ao gênero discursivo *carta do leitor*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

8. BAKHTIN, M. Os Gêneros do Discurso In: _____ *Estética da Criação Verbal*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 279-336.
9. _____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução por Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 2002.
10. BARBISAN, L. B. *Concepção de Linguagem e Ensino de Língua*, 2003. (mimeo.)
11. BARBOSA, J. P. *Trabalhando com os gêneros do discurso: uma pesquisa enunciativa para o ensino de Língua Portuguesa*. Tese de Doutorado. LAEL/PUC-SP, 2001.
12. BARROS, D. L.P de. Contribuições de Bahktin às teorias do discurso. In: BRAIT, B. (org.) *Bahktin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: UNICAMP, 1997, p.27-38.
13. CUNHA, L. C.; DINIZ, W. Espionagem: Grampo que vem da Bahia. *Revista ISTOÉ*, São Paulo, n. 1741, p. 29-33, 12 fev. 2003.
14. _____. Congresso: Impressões Digitais. *Revista ISTOÉ*, São Paulo, n. 1743, p. 24-28, 26 fev. 2003.
15. _____. Política: Confissões de ACM. *Revista ISTOÉ*, São Paulo, n. 1742, p. 29-33, 12 fev. 2003.
16. _____. Congresso: Grampo com Recibo. *Revista ISTOÉ*, São Paulo, n. 1745, p. 38-41, 12 mar. 2003.

17. _____. Política: Grampos em Família. *Revista ISTOÉ*, São Paulo, n. 1746, p. 30-31, 19 mar. 2003.
18. DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. *Gêneros e Progressão em Expressão Oral e Escrita: Elementos para reflexões sobre uma experiência francófona*, 1994. (mimeo)
19. DUCROT, O. *Princípios de Semântica Lingüística* (dizer e não dizer). São Paulo: Editora Cultrix, 1977, p. 11-148; p.232-234.
21. _____. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.
22. _____. *Polifonia y argumentacion*. Universidade del Valle – Cali, 1988.
23. ESPÍNDOLA, L. C. *A Entrevista: um olhar argumentativo*, João Pessoa: EDUFPPB, 2004.
24. FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
25. GUIMARÃES, E. *Texto e Argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas, SP: Pontes, 1987 (Linguagem- Crítica).
26. KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, INPLA (Intercâmbio de Pesquisas em Lingüística Aplicada) LAEL –PUC/SP, 1987.
27. _____. *O texto e a construção dos sentidos*. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
28. MARCUSCHI, L. A. *Gêneros Textuais: o que são e como se classificam?* Universidade Federal de Pernambuco, 2000 (mimeo)
29. _____. *Gêneros Textuais: definição e funcionalidade* In: DIONISIO, A. P.; MACEDO, A R.; BEZERRA, M. A. (org.s) *Gêneros Textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p.19-36.
30. _____. A Questão do suporte dos gêneros textuais. *Virtus UFPE*, 2003. Disponível em: <<http://www.virtus.ufpe.br/>>. Acesso em: 14 dez. 2003.
31. NUNES FILHO, N. A música sacra como linguagem do sagrado. *DIÁLOGO: revista de ensino religioso*. Ano IX - n.33-Fevereiro de 2004, p.26-29.
32. MOURA, H. M. M. *Significação e Contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis: Insular, 1999.
33. PARENTES SILVA, V. L. Variações tipológicas no gênero textual carta. In: KOCH, I.G.V.; BARROS, K. S. M. de (orgs.) *Tópicos em Lingüística de Texto e Análise da Conversação*. Natal: EDUFRN, 1997. (pp.118-124)
34. PERELMAN, C. *O império retórico: retórica e argumentação*. 2ª. ed. Lisboa: Asa Editores, 1999.
35. POLICARPO JUNIOR; GASSPAR, M. Bahia de todos os grampos. *Revista Veja*. Ano 36 n. 7, p. 36-43, 19 fev. 2003.

36. SILVA, A M. *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*. Edição compacta do texto fundamental. Grande Dicionário da Língua Portuguesa de António de Moraes Silva. Editorial Conferência: Lisboa, 1961.
37. SILVA, J. M.; ESPÍNDOLA, L. (orgs.). *Argumentação na língua: da pressuposição aos Topoi*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.
38. SOUTO MAIOR, A. C. O gênero carta –Variedade, uso e estrutura. In: *Ao pé da letra*, UFPE, V.3, 2001, p. 1-13.
39. SOUZA, G. S. O papel do auditório no discurso retórico argumentativo: uma análise do texto jornalístico. In: *Anais do 2º Congresso Internacional da Abralín* (março/2001).
40. SOUZA, Y. S. Semântica Argumentativa e a análise da produção de sentido nas organizações. *Letras Hoje*. Porto Alegre, v.34, n. 2, p.285-300, junho de 1999.
41. SOUZA, S. J. Mikhail Bakhtin e Walter Benjamin: polofonia, alegoria e conceito da verdade do discurso da ciência contemporânea In: BRAIT, B. (org.) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p.331-348.

ABSTRACT: It was analyzed the of *readers' letter*, aiming to verify which linguistics-discursive marks are responsible for the meaning building in the quoted gender. To do so, we are going to adopt as a methodologic – theoretic support the language argumentation theory, developed by Anscombe, Ducrot (1977, 1987, 1988) and, with emphasis on the polyphonic theory, postulated by Ducrot (1987, 1988) and, also Bakhtin's studies (2000) in what concerns discursive gender conceptions. The investigation departed from the analysis of a *corpus* constituted by 32 (thirty two) readers' letters – published by *Istoé* and *Veja* magazine between January and march of 2003 – they were analyzed in a qualitative manner, considering the theme *Congress spying*. We raised in the text the linguistics-discursive marks which activate the *linguistic presupposition*. We evaluated the relation established by the writer with the viewpoints announced in his text and also, the way the writer uses the information brought in the texts to persuade his reader.

KEYWORDS: Argumentation; Reades' Letter; Polyphony.

Recebido no dia 08 de outubro de 2010.

Artigo aceito para publicação no dia 11 de fevereiro de 2011.